

Demonstrações Financeiras

Enerbras Centrais Elétricas S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

INDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBREA AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS....	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO	21
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)	22
6. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS (CONSOLIDADO).....	22
7. TRIBUTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO).....	22
8. INVESTIMENTO	23
9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO).....	24
10. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO).....	26
11. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS (CONSOLIDADO).....	27
12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS (CONSOLIDADO)	27
13. OUTRAS CONTAS A PAGAR	27
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
16. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADO)	30
17. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)	30
18. RESULTADO FINANCEIRO	31
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	31
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	32
21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	35
22. COBERTURA DE SEGUROS	35
23. EVENTOS SUBSEQUENTES	35

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Enerbras Centrais Eólicas S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enerbras Centrais Eólicas S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enerbras Centrais Eólicas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enerbras Centrais Eólicas S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as destinações do resultado daqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção à nota explicativa 2.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o assunto decorrente do recálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de anos anteriores descrito na referida nota explicativa. Em 20 de agosto de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

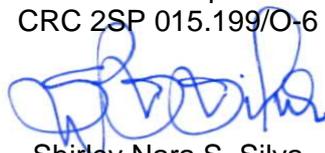
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Salvador, 01 de outubro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado			Controladora		
		31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	137	6.935	10.717	51	28	32
Aplicações financeiras	4	1.277	4.214	-	-	-	-
Tributos a recuperar		64	99	-	64	99	-
Contas a receber de clientes	5	3.607	5.442	5.226	-	-	-
Dividendos a receber	8.1	-	-	-	43.146	25.350	15.021
Adiantamentos a fornecedores		19	-	-	-	-	-
Outros créditos		157	299	446	-	-	86
Total do ativo circulante		<u>5.261</u>	<u>16.989</u>	<u>16.389</u>	<u>43.261</u>	<u>25.477</u>	<u>15.139</u>
NÃO CIRCULANTE							
Cauções e depósitos vinculados	6	11.502	10.866	11.361	-	-	-
Partes relacionadas	14	81.392	62.127	45.279	614	580	646
Tributos diferidos	7	933	1.773	1.441	-	-	-
Outros créditos		-	25	25	-	-	-
Investimentos	8	-	-	-	107.966	107.028	106.484
Imobilizado	9	152.528	150.022	155.558	-	-	-
Total do ativo não circulante		<u>246.355</u>	<u>224.813</u>	<u>213.664</u>	<u>108.580</u>	<u>107.608</u>	<u>107.130</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>251.616</u>	<u>241.802</u>	<u>230.053</u>	<u>151.841</u>	<u>133.085</u>	<u>122.269</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado			Controladora		
		31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores		549	1.893	1.389	-	160	223
Financiamentos	10	7.858	7.101	7.347	-	-	-
Tributos a recolher		465	365	355	1	2	6
Dividendos a pagar	15.2	20.284	11.299	6.130	20.284	11.299	6.130
Arrendamentos a pagar	9.1	213	-	-	-	-	-
Contas a pagar Eletrobras	11	10.064	13.114	27.383	-	-	-
Provisão para custos socioambientais	12	1.014	1.014	1.014	-	-	-
Outras contas a pagar	13	1.337	-	84	-	-	-
Partes relacionadas	14	1.053	1.141	-	-	-	-
Total do passivo circulante		<u>42.837</u>	<u>35.927</u>	<u>43.702</u>	<u>20.285</u>	<u>11.461</u>	<u>6.359</u>
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos	10	55.299	63.587	70.441	-	-	-
Arrendamentos a pagar	9.1	8.187	-	-	-	-	-
Contas a pagar Eletrobras	11	12.713	20.664	-	-	-	-
Outras contas a pagar	13	1.024	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante		<u>77.223</u>	<u>84.251</u>	<u>70.441</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	15	101.955	101.955	101.955	101.955	101.955	101.955
Reservas de capital		4.237	4.237	4.237	4.237	4.237	4.237
Reserva de lucros		25.364	15.432	9.718	25.364	15.432	9.718
Total do patrimônio líquido		<u>131.556</u>	<u>121.624</u>	<u>115.910</u>	<u>131.556</u>	<u>121.624</u>	<u>115.910</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>251.616</u>	<u>241.802</u>	<u>230.053</u>	<u>151.841</u>	<u>133.085</u>	<u>122.269</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	16	42.812	33.496	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo de operação		(6.747)	(8.576)	-	-
Depreciações e amortizações	9	(6.087)	(5.539)	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(785)	(747)	-	-
Total	17	(13.619)	(14.862)	-	-
LUCRO BRUTO		29.193	18.634	-	-
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(4.843)	(3.315)	153	(25)
Outras despesas		(1.538)	-	(8)	-
Total	17	(6.381)	(3.315)	145	(25)
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	18.734	10.873
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		22.812	15.319	18.879	10.848
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		5.487	4.682	43	41
Despesas financeiras		(6.528)	(5.909)	-	-
Total	18	(1.041)	(1.227)	43	41
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		21.771	14.092	18.922	10.889
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.470)	(3.361)	(5)	(6)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7	(384)	152	-	-
Total	19	(2.854)	(3.209)	(5)	(6)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18.917	10.883	18.917	10.883
Lucro básico e diluído por ação (expressos em reais- R\$)				3,66	2,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	18.917	10.883	18.917	10.883
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>18.917</u>	<u>10.883</u>	<u>18.917</u>	<u>10.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
				Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (reapresentado)		101.955	4.237	3.405	6.313	-	115.910
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.883	10.883
Constituição de reserva legal		-	-	545	-	(545)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.2	-	-	-	-	(5.169)	(5.169)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	5.169	(5.169)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (reapresentado)		101.955	4.237	3.950	11.482	-	121.624
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.917	18.917
Constituição de reserva legal		-	-	947	-	(947)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.2	-	-	-	-	(8.985)	(8.985)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	8.985	(8.985)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		101.955	4.237	4.897	20.467	-	131.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		18.917	10.883	18.917	10.883
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	9	6.087	5.539	-	-
Encargos sobre mútuo (líquido)	14, 18	(4.665)	(3.697)	(37)	(38)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	9	-	3	-	-
Juros sobre financiamentos	10.1, 18	5.298	5.888	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	18	(816)	(983)	-	-
Atualização e provisão líquida Eletrobras	11.1	3.275	10.177	-	-
Tributos diferidos	7.1	840	(332)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	(18.734)	(10.873)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		1.835	(216)	-	-
Adiantamento a fornecedor		(19)	-	-	-
Tributos a recuperar		35	(99)	35	(99)
Outros créditos		167	147	-	86
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(193)	504	(160)	(63)
Tributos a recolher		1.130	1.650	(10)	(4)
Outras contas a pagar	13.1	1.108	-	-	-
Contas a pagar Eletrobras	11.1	(14.276)	(3.782)	-	-
Partes relacionadas		1.450	1.057	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.030)	(1.640)	-	-
Pagamentos de juros sobre financiamentos	10.1	(5.282)	(5.888)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>13.861</u>	<u>19.211</u>	<u>11</u>	<u>(108)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado em serviço	9	(11)	(6)	-	-
Aplicações financeiras, cauções e depósitos vinculados		3.117	225	-	-
Partes relacionadas		(14.885)	(13.151)	12	104
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		<u>(11.779)</u>	<u>(12.932)</u>	<u>12</u>	<u>104</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de passivos de arrendamento		(1.333)	-	-	-
Pagamentos de financiamentos	10.1	(7.547)	(7.100)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(8.880)</u>	<u>(7.100)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6.798)</u>	<u>(821)</u>	<u>23</u>	<u>(4)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6.935	7.756	28	32
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	137	6.935	51	28
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6.798)</u>	<u>(821)</u>	<u>23</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras” ou “Companhia”) constituída em 9 de fevereiro de 2001, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., (“Espra” ou “Controlada”), sociedade por ações com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

A Espra é uma sociedade de propósito específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, no estado da Bahia.

A Enerbras é controlada pela Renova Energia S.A. - em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual R\$	Atualizado R\$	Inicial	Final		
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	286,63	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	286,63	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	286,63	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Repactuação do risco hidrológico

A controlada Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 11,94 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,07 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2019 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi registrado como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020.

No exercício de 2019, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.048 (R\$1.973 em 2018), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação (Nota 17).

1.2. Recuperação judicial do Grupo Renova

A Renova Energia, controladora da Companhia, protocolou em 6 de outubro de 2019 juntamente com determinadas controladas, excetuando a Companhia e sua controlada, pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005, o qual foi deferido nessa mesma data e dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005, que foi estendido por mais 120 dias;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019 a controladora Renova Energia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em 06 de julho de 2020 a controladora Renova Energia protocolou 2 (dois) novos Planos de Recuperação Judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

O plano de recuperação judicial do Grupo Renova encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em outubro de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

A Companhia e sua controlada Espra não são parte do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das

atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 17 de setembro de 2020, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 20)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou sua controlada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e sua Controlada.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e sua Controlada gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e sua controlada possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 6); e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 14).

b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e sua Controlada mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa

contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e sua controlada possuem e mantêm classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota explicativa 5).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e sua controlada compreendem:

- Fornecedores;
- Financiamentos (nota explicativa 10); e
- Contas a pagar Eletrobrás (nota explicativa 11).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Controlada para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou sua controlada possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.5. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Controlada é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, quando são cumpridas as obrigações de desempenho, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda de energia elétrica gerada é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na

apuração do lucro tributável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e sua controlada calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4.2. Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 12.

2.4.3 Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.2.2, a Controlada utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Controlada revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 9.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

2.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2019.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2019:

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia e sua controlada adotaram o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	<u>Terrenos</u>
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	19.235
Impactos da taxa de desconto	<u>(10.802)</u>
Ativo de direito de uso	<u>8.433</u>
Passivo de arrendamento	<u>8.433</u>
Prazo médio contratual (anos)	15

Tais contratos são remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia e sua controlada não esperam impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). A seguir são demonstramos os impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente e desconsiderando os potenciais efeitos dos custos passíveis de capitalização da infraestrutura em construção):

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Impactos na demonstração do resultado	<u>31/12/2019</u>
Despesa com depreciação e amortização	(570)
Despesas financeiras	<u>(1.152)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u><u>(1.722)</u></u>

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$1.333, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Após a adoção da Interpretação, a Companhia considerou se possui posições fiscais incertas. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33 / IAS 19: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 15 (R1)

As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

CPC 26 (R1) - Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Além das alterações previstas acima, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

2.7. Representação dos saldos contábeis

A Companhia revisou o cálculo dos dividendos a pagar e identificou que o mesmo foi efetuado a menor em decorrência de não ter sido observado o fato de o Estatuto Social da Companhia ser omissivo e portanto a Lei das Sociedades Anônimas prever que nestes casos o dividendo mínimo obrigatório deve ser constituído considerando o percentual de 50% do lucro líquido ajustado. O recálculo dos dividendos mínimos obrigatórios resultou num ajuste no montante de R\$5.741, sendo R\$2.584 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$3.157, com reflexo nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2018.

Assim a Companhia reconheceu os efeitos desses ajustes nas suas demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Balanco patrimonial

	31/12/2018					
	Consolidado			Controladora		
	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
PASSIVOS						
CIRCULANTES						
Dividendos a pagar	5.558	5.741	11.299	5.558	5.741	11.299
Outros passivos circulantes	24.628	-	24.628	162	-	162
Total dos passivos circulantes	30.186	5.741	35.927	5.720	5.741	11.461
NÃO CIRCULANTES						
Total dos passivos não circulantes	84.251	-	84.251	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	101.955	-	101.955	101.955	-	101.955
Reservas de capital	4.237	-	4.237	4.237	-	4.237
Reserva de lucros	21.173	(5.741)	15.432	21.173	(5.741)	15.432
Total do patrimônio líquido	127.365	(5.741)	121.624	127.365	(5.741)	121.624
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	241.802	-	241.802	133.085	-	133.085

- continua -

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

- continuação -

	01/12/2018					
	Consolidado			Controladora		
	<u>Apresentado</u> <u>anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado</u> <u>anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
PASSIVOS						
CIRCULANTES						
Dividendos a pagar	2.973	3.157	6.130	2.973	3.157	6.130
Outros passivos circulantes	<u>37.572</u>	<u>-</u>	<u>37.572</u>	<u>229</u>	<u>-</u>	<u>229</u>
Total dos passivos circulantes	40.545	3.157	43.702	3.202	3.157	6.359
NÃO CIRCULANTES						
Total dos passivos não circulantes	70.441	-	70.441	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	101.955	-	101.955	101.955	-	101.955
Reservas de capital	4.237	-	4.237	4.237	-	4.237
Reserva de lucros	<u>12.875</u>	<u>(3.157)</u>	<u>9.718</u>	<u>12.875</u>	<u>(3.157)</u>	<u>9.718</u>
Total do patrimônio líquido	119.067	(3.157)	115.910	119.067	(3.157)	115.910
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>230.053</u>	<u>-</u>	<u>230.053</u>	<u>122.269</u>	<u>-</u>	<u>122.269</u>

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Não houve impactos nas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que não estão sendo reapresentadas.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Conforme mencionada na nota explicativa 1, a Companhia detém 99,99% de participação na controlada Espra e desta forma, efetua a consolidação integral da mesma em suas demonstrações financeiras.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada; e,
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	137	33	51	28
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	6.902	-	-
Aplicações financeiras	1.277	4.214	-	-
Total	<u>1.414</u>	<u>11.149</u>	<u>51</u>	<u>28</u>
Apresentados como:				
<u>Circulante</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	137	6.935	51	28
Aplicações financeiras	1.277	4.214	-	-
Total	<u>1.414</u>	<u>11.149</u>	<u>51</u>	<u>28</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 56,81% até 98,00% (2018 – de 50% até 84,10%) do CDI – Certificado de depósito interbancário.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S/A	3.607	5.442

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 da controlada ESPRA são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS (CONSOLIDADO)

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, efetuado pela controlada ESPRA e vinculada ao financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

7. TRIBUTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS diferido	90	172
COFINS diferida	416	790
IRPJ diferido	277	527
CSLL diferida	150	284
Total	<u>933</u>	<u>1.773</u>

Os tributos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada pela controlada ESPRA. Esses tributos diferidos foram calculados pela controlada utilizando-se as alíquotas oficiais com base no lucro presumido.

7.1. Movimentação dos tributos diferidos

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	659	782	1.441
Movimentação líquida	<u>152</u>	<u>180</u>	<u>332</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	811	962	1.773
Movimentação líquida	<u>(384)</u>	<u>(456)</u>	<u>(840)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>427</u>	<u>506</u>	<u>933</u>

8. INVESTIMENTO

	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Dividendos propostos</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Dividendos propostos</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
Espra	106.484	(10.329)	10.873	107.028	(17.796)	18.734	107.966

8.1 Movimentação de dividendos a receber

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.021
Dividendos propostos	<u>10.329</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.350
Dividendos propostos	<u>17.796</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>43.146</u>

Os dividendos propostos pela controlada ESPRA estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Terrenos		595	-	-	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	-	95.797	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	-	46.336	-	46.336
Máquinas e equipamentos	3%	65.012	-	-	65.012	-	65.012
Móveis e utensílios	10%	142	-	-	142	-	142
Equipamentos de informática	16%	247	-	-	247	-	247
Outros	14%	15	-	-	15	-	15
Administração							
Equipamentos de informática	20%	18	-	-	18	-	18
		<u>208.162</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>208.162</u>	<u>-</u>	<u>208.162</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		-	6	(3)	3	11	14
Total		<u>208.162</u>	<u>6</u>	<u>(3)</u>	<u>208.165</u>	<u>11</u>	<u>208.176</u>
(-) Depreciação							
Geração							
Reservatórios, barragens e adutoras		(21.169)	(2.241)	-	(23.410)	(2.234)	(25.644)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(11.901)	(1.264)	-	(13.165)	(1.264)	(14.429)
Máquinas e equipamentos		(19.151)	(2.013)	-	(21.164)	(2.014)	(23.178)
Móveis e utensílios		(110)	(16)	-	(126)	(4)	(130)
Equipamentos de informática		(244)	(3)	-	(247)	-	(247)
Outros		(11)	(2)	-	(13)	(1)	(14)
Administração							
Equipamentos de informática		(18)	-	-	(18)	-	(18)
Total		<u>(52.604)</u>	<u>(5.539)</u>	<u>-</u>	<u>(58.143)</u>	<u>(5.517)</u>	<u>(63.660)</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>155.558</u>	<u>(5.533)</u>	<u>(3)</u>	<u>150.022</u>	<u>(5.506)</u>	<u>144.516</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		-	-	-	-	8.582	8.582
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo		-	-	-	-	(570)	(570)
Total direito de uso		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.012</u>	<u>8.012</u>
Total do imobilizado		<u>155.558</u>	<u>(5.533)</u>	<u>(3)</u>	<u>150.022</u>	<u>2.506</u>	<u>152.528</u>

As imobilizações em serviço estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs da Espra: Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

Através do ofício 459/2001, emitido em 26 de junho de 2001, a ANEEL autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela controlada Espra no âmbito do financiamento com o Banco do Nordeste - BNB.

A ANEEL, em conformidade com o marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil e a depreciação dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

A controlada procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a revisão do valor recuperável do seu ativo imobilizado utilizando como premissa o método do valor em uso dos ativos e a taxa de desconto real (WACC) par trazer a valor presente os fluxos de caixa foi de 13,04%. Como resultado a controlada não identificou indícios de perda do valor recuperável.

9.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a controlada identificou 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Controlada reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	1.359
Direito de uso do ativo arrendado	8.582	(-) Juros a apropriar	<u>(1.146)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(570)</u>	Total do passivo circulante	213
	8.012	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	17.649
		(-) Juros a apropriar	<u>(9.462)</u>
		Total do passivo não circulante	8.187
Ativo total	<u><u>8.012</u></u>	Passivo total	<u><u>8.400</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Controladora que variou entre 14,03% a.a. e 14,71% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Controlada reconheceu no resultado do exercício a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	
Amortização direito de uso	570
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>1.152</u>
Total	<u><u>1.722</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2020	1.146	1.359
2021	1.115	1.359
2022	1.079	1.359
2023	1.038	1.359
2024	990	1.359
2025 a 2033	<u>5.240</u>	<u>12.213</u>
Total	<u><u>10.608</u></u>	<u><u>19.008</u></u>

10. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante	7.858	7.101
Não Circulante	<u>55.299</u>	<u>63.587</u>
Total	<u><u>63.157</u></u>	<u><u>70.688</u></u>

A controlada ESPRA, com interveniência da Companhia, obteve financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a controlada ESPRA cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$144.501), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Controlada, no valor de R\$398.967 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.502, em 31 de dezembro de 2019 (nota explicativa 6).

10.1 Movimentação:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	70.688	77.788
Encargos financeiros provisionados	5.298	5.888
Encargos financeiros pagos	(5.282)	(5.888)
Amortização de financiamento	(7.547)	(7.100)
Saldo final	<u><u>63.157</u></u>	<u><u>70.688</u></u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2021	8.523
2022	9.054
2023	9.616
2024	10.211
2025	11.486
2026	6.409
Total	<u><u>55.299</u></u>

11. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Eletrobras		
Circulante	10.064	13.114
Não circulante	<u>12.713</u>	<u>20.664</u>
Total	<u><u>22.777</u></u>	<u><u>33.778</u></u>

O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada ESPRA e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

11.1. Movimentação:

<u>31/12/2017</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
27.383	10.177	(3.782)	33.778	3.275	(14.276)	22.777

12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS (CONSOLIDADO)

A controlada reconheceu em suas demonstrações financeiras provisão para compensação ambiental baseado na norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante os órgãos reguladores.

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a controlada ESPRA, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.418. A controlada decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração.

Ainda, em 10 de dezembro de 2019, a controlada Espra assinou com a Renova Energia instrumento particular de assunção de dívida assumindo integral e incondicionalmente a obrigação de pagamento da dívida da acionista com terceiro, no montante de R\$1.235, em seis parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira paga em dezembro de 2019. Essa dívida foi quitada em maio de 2020.

13.1 Movimentação:

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>
-	2.671	41	(351)	2.361

Apresentados como:

Circulante	1.337
Não circulante	<u>1.024</u>
Total	<u><u>2.361</u></u>

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

	Ativo				Resultado financeiro			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mútuo ^(a)								
<u>Espra</u>								
Renova Energia	65.757	47.585	-	-	3.627	2.993	-	-
Renova Comercializadora	15.021	13.962	-	-	1.001	666	-	-
	80.778	61.547	-	-	4.628	3.659	-	-
<u>Enerbras</u>								
Renova Comercializadora	614	580	614	580	37	38	37	38
	81.392	62.127	614	580	4.665	3.697	37	38

	Consolidado			
	Passivo		Despesa	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Espra - Renova Energia				
Rateio de despesa ^(b)	1.053	1.141	(4.863)	(4.293)

a) Mútuo – mútuos realizados com sua controladora indireta Renova Energia, sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e com a parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”) com o objetivo de suprir a necessidade de caixa dessas empresas. Esses contratos estão sujeitos a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a.

b) Refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, que rateia esse gasto entre suas controladas diretas e indiretas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$101.955 e está representado por 5.170.101 ações, sendo 4.337.536 ações ordinárias, 3 (três) ações preferenciais de classe “A”; 832.562 ações preferenciais de classe “B”, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”).

Ações dadas em garantia

Em 03 de maio de 2019, a controladora Renova Energia renegociou dívida com o Banco BTG Pactual S.A., e apresentou como garantia a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Renova Energia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da controlada Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Até a presente data, a Administração da Companhia não foi comunicada sobre qualquer alteração na posse e/ou propriedade das ações representativas do seu capital social, não tendo alterado o tratamento dado até então a essas garantias.

15.2. Destinação do lucro

O resultado do exercício será destinado, observando-se o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A., como descrito a seguir:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

b) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

As ações preferenciais de classe "B" e as ações preferenciais de classe "A" farão jus exclusivamente a dividendo fixo, cumulativo, anual de R\$ 0,01 (um centavo) por lote de 1.000 (um mil) ações e terão prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, sem prêmio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração está propondo ad referendum a Assembleia Geral de Acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$8.985, conforme apresentados a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dividendos fixos – R\$0,01 (um centavo) por lote de 1000 ações		
Preferenciais "A"	-	-
Preferenciais "B"	<u>8</u>	<u>8</u>
Total dividendos fixos	8	8

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	18.917	10.883
Reserva legal constituída	<u>(946)</u>	<u>(544)</u>
Base de cálculo para dividendos	17.971	10.339
Percentual legal de dividendos mínimos obrigatórios	50%	50%
Dividendos mínimos obrigatórios	8.985	5.169
Dividendos fixos	8	8
Dividendos mínimos obrigatórios por ação ON	<u>2,07</u>	<u>1,19</u>

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar (consolidado):

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	6.130
Dividendos propostos	<u>5.169</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	11.299
Dividendos propostos	<u>8.985</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>20.284</u>

16. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	31/12/2019		31/12/2018	
	MWh*	Valor	MWh*	Valor
Geração				
Suprimento de energia elétrica	131.083	44.434	119.970	34.765
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.622)		(1.269)
Total		42.812		33.496

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

17. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(659)	-	(659)	(640)	-	(640)
Taxa de fiscalização	(126)	-	(126)	(107)	-	(107)
	<u>(785)</u>	<u>-</u>	<u>(785)</u>	<u>(747)</u>	<u>-</u>	<u>(747)</u>
Serviços de terceiros	(3.442)	83	(3.359)	(4.268)	(265)	(4.533)
Depreciações e amortizações (nota 9)	(6.087)	-	(6.087)	(5.539)	-	(5.539)
Repactuação do risco hidrológico (nota 1.1)	(2.048)	-	(2.048)	(1.973)	-	(1.973)
Material de uso e consumo	(1.047)	(30)	(1.077)	(930)	(49)	(979)
Seguros	(210)	-	(210)	(252)	-	(252)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	(1.153)	(148)	(1.301)
Pessoal e administradores	-	(4.263)	(4.263)	-	(3.715)	(3.715)
Penalidade Fiscal (nota 13)	-	(1.418)	(1.418)	-	-	-
Telefonia e TI	-	(459)	(459)	-	(451)	(451)
Viagens	-	(116)	(116)	-	(140)	(140)
Impostos e taxas	-	(53)	(53)	-	(100)	(100)
Outras	-	(125)	(125)	-	1.553	1.553
	<u>(12.834)</u>	<u>(6.381)</u>	<u>(19.215)</u>	<u>(14.115)</u>	<u>(3.315)</u>	<u>(17.430)</u>
Total	(13.619)	(6.381)	(20.000)	(14.862)	(3.315)	(18.177)

	Controladora	
	Despesas	
	31/12/2019	31/12/2018
Reversão de provisão	160	-
Impostos e taxas	(7)	-
Outras	(8)	(25)
Total	145	(25)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reverteu provisões anteriormente constituídas considerando a não expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	816	983	-	-
Juros - mútuo (nota 14)	4.665	3.697	37	38
Outras Receitas Financeiras	7	5	7	5
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	(1)	(3)	(1)	(2)
Total das receitas financeiras	<u>5.487</u>	<u>4.682</u>	<u>43</u>	<u>41</u>
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (nota 10.1)	(5.298)	(5.888)	-	-
IOF	(10)	(7)	-	-
Juros sobre obrigação de arrendamento	(1.152)	-	-	-
Outras	(68)	(14)	-	-
Total das despesas financeiras	<u>(6.528)</u>	<u>(5.909)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.041)</u>	<u>(1.227)</u>	<u>43</u>	<u>41</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Lucro real:

Consolidação da despesa de IR e CSLL corrente da controladora

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.921	10.889
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(6.433)	(3.702)
Exclusões (adições) permanentes		
Despesas não dedutíveis	(2)	(4)
Resultado da equivalência patrimonial	6.369	3.697
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	58	-
Prejuízo fiscal e base negativa	3	3
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(5)</u>	<u>(6)</u>

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Lucro presumido:

Consolidação da despesa de IR e CSLL corrente da controlada – Energética Serra da Prata S.A.

	Controlada	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Base de cálculo presumido	44.434	34.765
Alíquota lucro presumido IRPJ		
IRPJ - 8%	3.555	2.781
CSLL - 12%	5.332	4.172
	<u>4.427</u>	<u>6.343</u>
Outras receitas		
Base de cálculo		
IRPJ	7.982	9.124
CSLL	9.759	10.515
Alíquota efetiva	34%	34%
Total	<u>(2.874)</u>	<u>(3.227)</u>
Desconto excedente a R\$ 240 ano	24	24
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(2.850)</u>	<u>(3.203)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	137	33	137	33
Aplicações financeiras	1.277	11.116	1.277	11.116
Contas a receber de clientes	3.607	5.442	3.607	5.442
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	11.502	10.866	11.502	10.866
Partes relacionadas	81.392	62.127	81.392	62.127
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	549	1.893	549	1.893
Financiamentos	7.858	7.101	7.858	7.101
Não circulante				
Financiamentos	55.299	63.587	55.299	63.587

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	137	-	137	33	-	33
Aplicações financeiras	1.277	-	1.277	11.116	-	11.116
Contas a receber de clientes	-	3.607	3.607	-	5.442	5.442
Não circulante						
Cauções e depósitos vinculados	-	11.502	11.502	-	10.866	10.866
Partes relacionadas	-	81.392	81.392	-	62.127	62.127
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	549	549	-	1.893	1.893
Financiamentos	-	7.858	7.858	-	7.101	7.101
Não circulante						
Financiamentos	-	55.299	55.299	-	63.587	63.587

c) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui como contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía risco de mercado, uma vez que a taxa do financiamento captado é pré-fixada.

d) Risco de liquidez (consolidado)

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia e sua controlada somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo.

<u>Instrumentos a taxa de juros pré-fixada</u>	<u>De 1 mês a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Financiamentos	1.978	5.881	51.377	3.921	63.157

e) Risco de crédito (consolidado)

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e sua controlada a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital (consolidado)

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dívida de financiamentos	63.157	70.688
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(137)</u>	<u>(6.935)</u>
Dívida líquida	63.020	63.753
Patrimônio líquido	<u>131.556</u>	<u>121.624</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>48%</u>	<u>52%</u>

Os objetivos da Companhia e de sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez hidrológica

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espra, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Espra, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da

capacidade de geração hidrelétrica da controlada está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota 1 as três PCHs da controlada optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Dividendos a receber	8	-	-	17.796	10.329
Direito de uso - Arrendamento	9	8.582	-	-	-
Partes relacionadas (passivo)	13, 14	1.253	-	-	-
Partes relacionadas (encontro de contas)	14	1.538	-	-	-
Dividendos a pagar	15	8.985	5.169	8.985	5.169

22. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco de operação com coberturas de seguros contratados pela Companhia e sua controlada.

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2016	25/10/2020
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2020

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

23.1 COVID-19 – CORONAVÍRUS - IMPACTOS PARA A COMPANHIA

A Companhia e sua controlada estão acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar a totalidade dos possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de energia elétrica e consequentemente na receita de venda de energia. Porém, como a controlada Espra possui contratos com o PROINFA, não esperamos impactos significativos, considerando que o histórico destes contratos não contempla impactos relevantes quando de uma eventual redução de demanda.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o processo de recuperação judicial da controladora Renova Energia e de algumas de suas controladas em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos parques eólicos da controladora Renova Energia, bem como a eventual alienação de ativos. A Companhia não é parte do processo de recuperação judicial da sua controladora.

De forma geral a Companhia e sua controlada implementaram uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

23.2 REPACTUAÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO

Em 28 de abril de 2020, a controlada Espra repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
